

RECURSO ESPECIAL Nº 1.819.360 - SC (2019/0168250-0)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **M D**
RECORRENTE : **J d P**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. FALTA ÀS AULAS. MULTA. AFASTAMENTO.

1. A cominação pecuniária aplicada por descumprimento de obrigação inerente ao dever familiar - falta às aulas - agrava ainda mais a situação material dos interessados, uma vez que seria improvável a família conseguir realizar o pagamento da sanção sem comprometer o próprio sustento, sendo suficiente a adoção de outras medidas previstas na legislação.

2. Recurso especial provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por MD e outro, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, assim ementado:

APELAÇÕES - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA - DESCUMPRIMENTO DE DEVERES INERENTES AO PODER FAMILIAR (LEI N. 8.069/90, ART. 249) - REPRESENTAÇÃO JULGADA PROCEDENTE.

RECURSO DA DEFESA.

PEDIDO DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO EM RELAÇÃO À PENA DE MULTA FIXADA - SUSPENSÃO ATÉ O JULGAMENTO FINAL DOS AUTOS EM ANÁLISE - IMPOSSIBILIDADE - VENCIDO O RELATOR.

PLEITO DE IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - ALEGADA FALTA DE COMPROVAÇÃO DOS ELEMENTOS SUBJETIVOS (DOLO E CULPA) - NÃO ACOLHIMENTO - NEGLIGÊNCIA EVIDENCIADA - MENOR QUE DEIXA DE FREQUENTAR REGULARMENTE A ESCOLA - AUSÊNCIA DE INTERESSE DOS GENITORES EM MUDAR A SITUAÇÃO - TEIMOSIA DO ADOLESCENTE QUE NÃO SERVE PARA AFASTAR A OBRIGAÇÃO DOS PAIS RESPONSÁVEIS

POR PROMOVER O ACESSO À EDUCAÇÃO DO FILHO - ACOMPANHAMENTO DA FAMÍLIA PELO SISTEMA "CAPSI" IGNORADA PELOS GENITORES - CULPA NA CONDUTA DOS REPRESENTADOS DEVIDAMENTE EVIDENCIADA - REPRESENTAÇÃO MANTIDA.

Estando devidamente comprovada a existência de culpa ou dolo pelos genitores capaz de evidenciar punição pelo descumprimento de dever inerente ao poder de família, está caracterizada a infração administrativa.

PENA DE MULTA - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS ALTERNATIVAS E REDUÇÃO DO VALOR FIXADO - INVIABILIDADE - AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL E MULTA JÁ FIXADA NO MÍNIMO.

RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS (fl. 191).

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto no art. 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Sustenta, em síntese, a necessidade de afastar a sanção pecuniária.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 291-295.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 297-300).

O Ministério Público Federal opina pelo provimento do recurso.

É o relatório. Decido.

2. O Tribunal de origem entendeu devida a aplicação de multa por descumprimento de obrigação inerente ao poder familiar - no caso, a não frequência às aulas.

Ocorre que a aplicação da multa prevista no art. 249 da Lei 8.069/90 por infração administrativa no caso em tela não se afigura o meio mais eficaz no que concerne à proteção dos menores, sendo os genitores economicamente hipossuficientes. Tal medida viria apenas a sobrecarregar ainda mais a renda familiar, destinada ao sustento dos recorrentes e de seus filhos.

A cominação pecuniária agravaria ainda mais a situação material dos interessados, uma vez que seria improvável a família conseguir realizar o pagamento da sanção sem comprometer o próprio sustento, sendo suficiente a adoção de outras medidas previstas na legislação e aplicadas concomitantemente em primeiro grau. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INFÂNCIA E JUVENTUDE. MULTA DO ART. 249 DO ECA. AFASTAMENTO. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM PRECEDENTES DESTA CORTE SUPERIOR. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O STJ, ao analisar situação semelhante a dos presentes autos, manteve o afastamento da multa sob o fundamento de que **a cominação pecuniária apenas agravaria ainda mais a situação material dos interessados, uma vez que seria improvável a família conseguir realizar o pagamento da sanção sem comprometer o próprio**

sustento, sendo suficiente a adoção de outras medidas previstas na legislação. Assim, estando o acórdão recorrido em conformidade com a jurisprudência do STJ, incide a Súmula 83 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso por ambas as alíneas.

2. Alterar as conclusões do acórdão recorrido, a fim de reconhecer ser a multa prevista no art. 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente a medida mais adequada ao caso, demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1280494/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 30/08/2018, DJe 05/09/2018).

.....
.....

RECURSO ESPECIAL - REPRESENTAÇÃO ADMINISTRATIVA - MENOR QUE NÃO COMPARECE ÀS AULAS - OMISSÃO DOS DEVERES INERENTES AO PODER FAMILIAR - DEVER DA FAMÍLIA DE GARANTIR A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 227 - NÃO APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 249 DO ECA - OBSERVÂNCIA DA CONDIÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS GENITORES - COMPROMETIMENTO DA MANUTENÇÃO DA FAMÍLIA - HIPOSSUFICIÊNCIA.

Hipótese: **Controvérsia envolvendo o afastamento da condenação ao pagamento de multa decorrente de descumprimento dos deveres inerentes ao poder familiar - menor que não comparece às aulas.**

(...) 2. **Necessidade, na hipótese ora sob julgamento, do afastamento da multa imposta no art. 249 do ECA, porquanto no caso, conforme reconhecido pelo Tribunal de origem, devido as condições econômicas dos pais, a cominação pecuniária apenas agravaria ainda mais a situação material dos interessados, sendo suficientes as demais medidas concomitantemente aplicadas em primeiro grau, e assim entende-se ser mais eficaz, para o fim que se espera, a aplicação de medida de advertência e de encaminhamento dos pais para tratamento psicológico e programas de orientação, com uma efetiva supervisão, voltada a conscientização de suas responsabilidades inerentes ao poder familiar, sendo inócua a aplicação de qualquer outra penalidade, mormente a financeira, que prejudicará indiretamente a família como um todo. Destacadamente na hipótese de célula que, segundo os autos, detém poucos recursos materiais.**

2.1. **A sanção, no caso concreto, não surtirá o efeito pretendido, tornando-se apenas uma penalidade gravosa, uma vez improvável a família lograr êxito em realizar o pagamento da multa convencionada sem comprometer o próprio sustento e, se cumprida, provavelmente acarretará o agravamento do seu estado de pobreza.**

Superior Tribunal de Justiça

3. Recurso não provido.

(REsp 1584840/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 28/09/2016).

3. Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, para afastar a multa imposta.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator